

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL
PLAGEDER

Deonise Mrozinski Irgang

O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM TRÊS PASSOS

Três Passos
2011

Deonise Mrozinski Irgang

O PROGRAMA BOLSA FAMILIA EM TRES PASSOS

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação Tecnológico em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Me. Irio Luiz Conti
Coorientador: Me. Vicente Rahn Medaglia

Três Passos
2011

Deonise Mrozinski Irgang

O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM TRÊS PASSOS

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação Tecnológico em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural.

Orientador: **Me. Irio Luiz Conti** – Instituição: UFRGS/PLAGEDER

Professora: **Dra. Tatiana Engel Gerhardt** – Instituição: UFRGS/PLAGEDER

Professora: **Dra. Gabriela Coelho de Souza** – Instituição: UFRGS/PLAGEDER

AGRADECIMENTOS

À Deus, minha família, meus professores e aos meus orientadores, parceiros desta construção.

Posso ter defeitos, viver ansioso e ficar irritado algumas vezes, mas não esqueço de que minha vida é a maior empresa do mundo. E que posso evitar que ela vá à falência.

Ser feliz é reconhecer que vale a pena viver, apesar de todos os desafios, incompreensões e períodos de crise. Ser feliz é deixar de ser vítima dos problemas e se tornar um autor da própria história.

É atravessar desertos fora de si, mas ser capaz de encontrar um oásis no recôndito da sua alma. É agradecer a Deus a cada manhã pelo milagre da vida. Ser feliz é não ter medo dos próprios sentimentos. É saber falar de si mesmo.

É ter coragem para ouvir um não. É ter segurança para receber uma crítica, mesmo que injusta.

(Autor: Augusto Cury)

Resumo

Este trabalho desenvolve uma pesquisa bibliográfica e de campo sobre o Bolsa Família, programa que se destina a combater a fome e promover a segurança alimentar e que está inserido dentro das diretrizes do Fome Zero. A pesquisa pretende traçar um perfil demonstrativo dos efeitos efetivamente trazidos pela introdução deste programa na sociedade brasileira, e conseqüentemente fornecer informações que permitam aferir se as ações praticadas até o momento possuem condições de alcançar a meta estabelecida. Também há informações de natureza teórica ao longo do texto, o qual perquire conceitos como Fome Zero, Bolsa Família, inclusão social e nutrição. Por fim, com o objetivo de transpor informações práticas ao texto, há um comparativo estabelecido com base em informações extraídas de pesquisa de campo realizada com beneficiários do Programa Bolsa Família no município de Três Passos.

Palavras-chaves: Bolsa família, inclusão social, nutrição.

Abstract

This work develops a bibliographic and camp research of the “Bolsa Familia”, program that is designated to combat the hunger and promote the food security and is inserted in the guidelines of the “Fome Zero”. The research wants to trace a demonstrative profile of the effects effectively brought by the introduction of this program on the Brazilian society, and consequently provide information that allow gauge if the practiced actions until the moment has conditions of achieve the established goal. There is also information of theoretical nature during the text, which permits concepts how “Fome Zero”, “Bolsa Familia”, social inclusion and nutrition. Finally, with the objective of transpose practice information to the text, there are a comparative established with base on information extracted of camp researches with beneficiaries of the “Programa Bolsa Familia” on the Três Passos city.

Key words: “Bolsa Familia”, social inclusion, nutrition



LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 Famílias beneficiárias e execução financeira	30
Gráfico 2 Famílias cadastradas no Programa Bolsa Família	31
Gráfico 3 Índice de gestão descentralizada dos municípios brasileiros	32
Gráfico 4 Evolução das famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família em Três Passos entre 2004 e 2010	36
Gráfico 5 Comparativo entre índice de população pobre em Três Passos e pessoas atendidas pelo Programa Bolsa Família	37
Quadro 1 Resultados obtidos na pesquisa com famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família	38

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	09
2 O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO BRASIL E EM TRÊS PASSOS	12
2.1 SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	12
2.2 O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	17
2.2.1 HISTÓRICO	17
3. BREVE CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DE TRÊS PASSOS	23
4. METODOLOGIA DA PESQUISA.....	27
5. ALGUNS RESULTADOS SOBRE O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA.....	30
5.1 O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM TRÊS PASSOS.....	34
5.1.1 VISÃO DOS GESTORES PÚBLICOS SOBRE O PBF.....	34
5.2 O PROGRAMA BOLSA NA VISÃO DOS BENEFICIÁRIOS.....	38
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	44
APÊNDICE A	47
APÊNDICE B.....	48

1 INTRODUÇÃO

A Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em outubro de 1988 após longo período ditatorial, enfatizou de forma notável a relevância e o respeito que deve ser empregado em favor dos direitos fundamentais dos homens. Assim, como forma de resposta às décadas anteriores. A carta constitucional caracteriza-se pela forte presença dos valores sociais, dentre eles, destaca-se o exposto no caput do artigo 5º, o qual, por sua vez, faz referência às circunstâncias imprescindíveis ao desenvolvimento social de forma equilibrada e equânime.

Nesse sentido, observa-se que nenhuma sociedade terá condições de galgar uma evolução socioeconômica que efetivamente acarrete reflexos positivos de forma contundente e geral na nação, se por ventura vier a desrespeitar os direitos mais ínsitos e inerentes a pessoa humana, e por tal razão, tem-se como direito individual, mas mais do que isso, direito intransponível, no sentido de proteção contra um eventual estado arbitrário, a plenitude para gozar à vida, a liberdade, a igualdade, a segurança e a propriedade.

Entretanto, a efetivação dos direitos e a possibilidade de cada brasileiro cumprir com os deveres que lhe foram alcançados pela legislação vigente pressupõem condições de ordem material antes de qualquer outra coisa. Não se pode olvidar que as necessidades inerentes ao ser humano acarretam inúmeras conseqüências, sejam ela de ordem positiva ou não.

Assim, como consequência natural da evolução decorrente das diversas formas de organização sociais existentes ao longo da história, o período atual conduz a uma intensa e necessária participação, quiçá intervenção, do estado. Não se pode permitir que a engrenagem responsável pela ordem e gestão de toda a vida econômica, educacional e social do país mantenha-se inerte diante das largas diferenças socioeconômicas que maculam o Brasil e conseqüentemente retardam seu crescimento.

Sob esta perspectiva, a presente pesquisa pretende discutir e ressaltar alguns aspectos do Programa Bolsa Família, introduzido em 2003 durante o primeiro governo de Luis Inácio Lula da Silva, relatando o contexto de sua criação, seus

programas complementares e seu funcionamento, notadamente por ser considerado um exemplo mundial de instrumento capaz de distribuir renda e combater a fome.

No intuito de contextualizar a conjuntura do período em que se deu a implementação do programa, inicia-se a exposição do tema com um resgate histórico acerca da constituição do Programa Bolsa Família, dos eixos de atuação, organização e objetivos contidos em um primeiro momento de aplicabilidade do mesmo. Nessa perspectiva, abordar-se-á a caracterização socioeconômica do município de Três Passos – RS, onde realizaremos este estudo via pesquisa de campo, analisando o referido programa neste contexto social.

Na sequência, passa-se a uma análise mais pontuada da execução e aplicação do Programa Bolsa Família, principalmente por meio de uma construção que conduz a uma reflexão acerca da evolução do programa em si, bem como das consequências decorrentes de sua incidência da miserabilidade presente na sociedade brasileira. Além disso, a fim de exemplificar com maior propriedade a incidência do Programa Bolsa Família, traça-se, por meio de um estudo local realizado no município de Três Passos, uma breve demonstração dos impactos sociais decorrentes do programa.

Por fim, pretende-se trazer informações que permitam uma avaliação acerca dos resultados, bem como os fatores positivos e dos fatores negativos imbricados no Programa Bolsa Família, a qual se dará sob a perspectiva de âmbito nacional e também sob o viés restrito ao limites do município. Outrossim, há o intuito de avaliar em que medida os valores transferidos às famílias por meio do programa são utilizados como instrumento de garantia à segurança alimentar daqueles que vivem em situação de vulnerabilidade no município de Três Passos. Para isso far-se-á um mapeamento das famílias em situação de vulnerabilidade alimentar e social, cadastradas no Cadastro Único, percebendo as beneficiárias do Programa Bolsa Família, identificando quantas recebem o auxílio.

Cabe ainda, identificar o incremento da renda familiar proporcionado pelo Programa Bolsa Família, em que as famílias aplicam os recursos provindos do Programa e como estes recursos contribuem para melhoria da qualidade alimentar das famílias, analisando a satisfação e as percepções das famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família em sua segurança alimentar e nutricional.

Como objetivo geral, a presente pesquisa pretende analisar em que medida os valores transferidos pelo Programa Bolsa Família às famílias em situação de vulnerabilidade alimentar e social são suficientes para garantir a segurança alimentar e nutricional.

Esse objetivo geral desdobra-se nos seguintes objetivos específicos:

1. Realizar um mapeamento das famílias em situação de vulnerabilidade alimentar e social cadastradas no Cadastro Único como potenciais beneficiárias do Programa Bolsa Família e identificar quantas delas estão recebendo o Programa Bolsa Família.
2. Identificar o incremento da renda familiar proporcionado pelo Programa Bolsa Família, em que as famílias aplicam os recursos provindos do Programa e como estes recursos contribuem para melhoria da qualidade alimentar das famílias.
3. Analisar a satisfação e as percepções das famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família em sua segurança alimentar e nutricional.

Considerando que o Programa Bolsa Família pode exercer um papel importante e estratégico na garantia da segurança alimentar e nutricional da população brasileira torna-se relevante investigar a contribuição deste programa enquanto política pública e como fator potencializador e garantidor do direito humano à alimentação adequada, bem como tendo em vista da importância de políticas de inclusão social de famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional.

Esta pesquisa que parte da problematização acerca do Programa Bolsa Família enquanto política pública justifica-se enquanto possibilidade de abordar em que medida se efetiva o direito humano fundamental dos beneficiários do PBF e a garantia de vida humana com dignidade.

2 O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO BRASIL E EM TRÊS PASSOS

Neste capítulo iremos discorrer sobre segurança alimentar, seu conceito e objetivos e ainda far-se-á um pequeno histórico do Programa Bolsa Família, que é o objeto de estudo deste trabalho acadêmico, salientando a sua importância para a promoção do ser humano como cidadão de direitos.

2.1 SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

O tema alimentação permeia toda a história do desenvolvimento dos povos, civilizações, como um dos marcos de toda a história da humanidade. Nessa perspectiva, os processos históricos de lutas pela alimentação, bem como pela sobrevivência são notáveis. A partir das realidades de conflitos, em países europeus, esse conceito passa a ser utilizado com maior frequência e ênfase, tanto pela escassez de alimentos, quanto pela dependência em relação aos alimentos em meados do século XX (BELIK, 2010).

Em âmbito de Brasil, em que pesem as elevadas taxas de desnutrição e insegurança alimentar de sua população, a SAN passa a partir dos anos de 1980, a compor a agenda política do país de modo permanente, apontando para a perspectiva nitidamente exposta de oferta de alimentos. Outro aspecto marcante é a criação do INAN – Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição no ano de 1976, ligado ao Ministério da Saúde, tendo a incumbência de organizar e administrar os programas nacionais de alimentação e nutrição, alimentação do trabalhador, vigilância sanitária e nutricional, etc.

Estes dois fatores são fundamentais na implantação da política nacional de segurança alimentar, cuja finalidade é garantir a oferta de alimentos e a nutrição. Isso aos poucos passa a ser referenciado e a ganhar força, o que culmina com a realização da I Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição no ano de 1986. Conforme o MDS, a primeira referência mais institucional sobre a Segurança Alimentar Nutricional no Brasil ocorreu em 1985, em um documento do Ministério da Saúde. Assim, conforme Belik (2010, p. 176),

vale mencionar que a tradição e a inovação dos programas brasileiros de combate à fome, introduzida por Josué de Castro, já traziam a marca da Segurança Alimentar. Entretanto, podemos afirmar que o brasileiro Josué de Castro, que transformou o tema da fome em uma bandeira política, não utilizou em sua obra a perspectiva aberta pelo conceito de Segurança Alimentar.

Nessa óptica, o marco inicial que desencadeou a preocupação acerca da segurança alimentar vincula-se a II Guerra Mundial, período em que inúmeros países enfrentaram a insuficiência de alimentos capazes de suprir as necessidades alimentares de seus povos, eis que devastados pelas batalhas.

Nesse sentido, Santos (2009, p. 2) refere que,

a alimentação disponível para a população não pode estar submetida a qualquer tipo de risco por contaminação, problemas de apodrecimento ou outros decorrentes de prazos de validade vencidos. Portanto, a qualidade dos alimentos diz respeito também à possibilidade das populações em consumi-los de forma digna.

Conforme Conti (2009), em sintonia com a Conferência Nacional de Alimentos e Nutrição (1986) e as Conferências Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional (II CNSAN 2004 e III CNSAN 2007), a Constituição Federal de 1988 enfatizou a alimentação como direito de cidadania. No decorrer do desenvolvimento da sociedade brasileira a questão da alimentação sempre esteve intimamente ligada à pobreza e a insegurança alimentar, apontando para o contexto de uma sociedade com problemas estruturantes, seja de redistribuição de terras, seja de concentração de riquezas e renda. No entanto, foi a partir do século XX que começou a se definir o que se pode caracterizar como uma compreensão global sobre o significado da Segurança Alimentar.

No ano de 1990, considerando a linha de pobreza de 0,25 salários mínimos por pessoa, a pobreza correspondia a quase $\frac{1}{4}$ da população brasileira. Este índice especificado está sendo gradativamente modificado em uma perspectiva positiva. Conforme estudos realizados e divulgados em 2008, revela-se que houve a redução dos índices de pobreza para 24,1%. Segundo o IPEA,

apesar das mudanças positivas refletidas nos dados acima, em termos absolutos, as melhoras ainda são insuficientes para promover o 'grande salto' de que o país necessita. Outro aspecto a se considerar é que o estudo define como indigentes apenas as pessoas com renda per capita inferior a um quarto do salário mínimo (US\$ 66,00), e pobres as com renda acima desse patamar, até no máximo meio salário mínimo (US\$ 132,00), valores muito baixos (IPEA, 2008).

Ou seja, os diplomas jurídicos passaram a expressar de forma clara e incontroversa uma necessidade vital de todos os seres vivos, mas não se limitaram apenas a isso, transformaram-na em direito fundamental e intransponível quando declaram o direito à vida, assegurando-lhe um olhar mais próximo e mais crítico sobre algo básico e inerente a todo o ser humano, a alimentação. Dessa forma, a partir de 1990 ocorre o surgimento de novos atores sociais e organizações e redes que passam a se ocupar das questões relativas a SAN no Brasil, sobretudo na proposição de propostas, ao passo que o governo também passava a desenvolver ações e políticas públicas com este foco. Aos poucos a noção de SAN foi recebendo aportes tanto da sociedade civil e da FAO, que aponta para a leitura mais ampla a partir da compreensão de direitos humanos, dando ênfase nas compreensões de soberania alimentar e direito humano à alimentação adequada, conforme podemos perceber no que segue:

A garantia, a todos, de condições de acesso a alimentos básicos de qualidade, em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, com base em práticas alimentares saudáveis, contribuindo assim para uma existência digna, em um contexto de desenvolvimento integral da pessoa, com preservação das condições que garantam uma disponibilidade de alimentos a longo prazo (FAO, 1996).

A relevância desta compreensão vincula-se intimamente ao respeito e atenção que a incidência do princípio dos direitos humanos e a dignidade da pessoa humana. Em palavras simples, pode-se dizer que não basta ao ser humano manter-se vivo, senão ao contrário, lhe é devido o direito de viver com dignidade, utilizando-se de todos os recursos disponibilizados pela evolução da humanidade.

Quanto à alimentação saudável e equilibrada não há o que se questionar. Sabe-se ser a maior necessidade e requisito de sobrevivência de todos os seres

vivos, inclusive dos seres humanos da atualidade, que na maior parte das vezes, dependem de dinheiro para adquirir seus alimentos, ao contrário de tempos idos em que a produção de subsistência predominava.

A partir desta compreensão ampliada de SAN, supracitada, conforme a FAO em 1996, em âmbito internacional, cabe destacar que esta definição foi trabalhada, revista, redefinida no ano de 2004 na II Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional, que apontou para a seguinte definição:

Segurança Alimentar e Nutricional é a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis (II CNSAN, 2004).

Nesta compreensão exposta na II Conferência (CONTI, 2009), evidencia-se com clareza a ampliação do conceito de SAN, sobretudo no que tange as práticas promotoras de saúde, na diversidade cultural onde este direito humano deve ser garantido aos humanos. Dessa forma, leva-se em conta o contexto no qual os sujeitos de direitos estão inseridos. Outro aspecto primordial é a sustentabilidade tanto em nível econômico, ou seja, da possibilidade de aquisição e aplicabilidade desses bens necessários e inerentes à vida humana com qualidade, quanto o fator ambiental. Isto é, este último aspecto refere-se ao não comprometimento da vida tanto dos humanos no presente, quanto das gerações futuras, em um planeta capaz de garantir vida digna.

Tendo em vista todos estes fatores, em 15 de setembro de 2006, o então Presidente da República Luis Inácio Lula da Silva criou o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, com o objetivo de disponibilizar aos brasileiros o acesso à alimentação adequada. Para tanto, seu governo formulou e programou políticas e planos de segurança alimentar e nutricional, estimulando a integração dos esforços entre governo e sociedade civil, acompanhando, monitorando e avaliando a segurança alimentar e nutricional do País. Esta importante deliberação foi sensibilizando uma série de atores sociais, membros do CONSEA, organizações da sociedade civil, e resultou em um Projeto de Lei, tendo

sido aprovado e doravante denominado como a Lei nº 11.346/2006, Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN).

Esta Lei acima referenciada é fruto de um processo histórico de construção da SAN, enquanto categoria capaz de incorporar todo o acúmulo até então alcançado, trazendo para si os debates e formulações de diversas instâncias engajadas na luta e no combate a insegurança alimentar e a desnutrição. Dessa forma, o artigo 3º da Lei compreende a SAN como:

A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2006).

Visando o aperfeiçoamento do modelo empregado, estabeleceu-se nos últimos anos um diálogo permanente entre governo e sociedade civil, os quais têm optado em criar órgãos e conselhos destinados a irradiar a questão da Segurança Alimentar e Nutricional.

Conforme o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) a partir de 2004, foram estruturados, com a missão de promover o desenvolvimento social, um conjunto de políticas, programas e ações que fazem parte das estratégias do Governo Federal para enfrentar o problema da fome e da exclusão social. Esta proposição parte da concepção de que estas questões precisam ser encaradas como prioridade de política nacional. As ações desenvolvidas pelo Ministério abrangem as áreas da Segurança Alimentar e Nutricional, políticas públicas de assistência social, renda de cidadania e ações de geração de oportunidades para a inclusão produtiva das pessoas em situação de pobreza.

Nessa linha, um dos mecanismos introduzidos como alternativa para sanar a insegurança alimentar é o Programa Fome Zero sendo o Programa Bolsa Família¹

¹ Cabe destacar que a abordagem que será desenvolvida do PBF terá por base os dados e informações do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), órgão do governo federal encarregado pela implementação e gestão desta política pública em nível de Brasil.

um dos principais elementos de atuação no combate à miserabilidade naquilo em que se refere à alimentação.

2.2 O PROGRAMA BOLSA FAMILIA

O Programa Bolsa Família está inserido no Fome Zero criado em 2003 sendo esta uma política pública de combate à fome e a erradicação da miséria no País (III CNSAN, 2009).

Dentre as políticas públicas criadas para a melhoria da qualidade de vida do cidadão brasileiro, podemos dizer que este programa é o alavancador de um processo de inclusão social e aprimoramento, através dos cursos oferecidos para promoção ao mercado de trabalho e consequente empregabilidade com melhores condições de renda. O programa Bolsa Família é originário de quatro outros programas federais, conforme consta no parágrafo único do artigo primeiro da lei federal nº 10.836/2004, como segue: “Parágrafo único. O Programa de que trata o caput tem por finalidade a unificação dos procedimentos de gestão e execução das ações de transferência de renda do Governo Federal, especialmente as do Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à Educação - Bolsa Escola, do Programa Nacional de Acesso à Alimentação - PNAA, do Programa Nacional de Renda.”

2.2.1 HISTÓRICO

Um resgate histórico impõe uma análise acerca das circunstâncias que conduziram a realização do Programa Bolsa Família, pois não se pode esquecer que o mesmo fora introduzido na sociedade brasileira para suprir a má distribuição de renda. No entanto, seria impor responsabilidade em excesso referir que sua função é corrigir esta grave falha, todavia, pode-se, pelo menos, afirmar que sua principal finalidade é amenizá-la.

Sabe-se que o processo de globalização acelerou os paradoxos sociais, aumentando dia após dia a distância entre ricos e pobres no mundo inteiro, e conseqüentemente, no Brasil. Nessa mesma perspectiva, a predominância absoluta do sistema capitalista impôs o controle de todos os meios de produção e urbanizou todo o mundo.

Observe-se, portanto, que ao mesmo tempo em que os meios de produção de todos os bens de consumo e de primeira necessidade passaram a ser controlados por poucos, as sociedades anteriormente caracterizadas pela subsistência inerente ao meio rural tornaram-se dependentes deste sistema, pois, ao abandonarem os campos para urbanizarem-se, abandonaram também as possibilidades de sobrevivência autônoma.

No Brasil, os programas sociais começaram a ter uma promoção mais efetiva, tanto de caráter legal como de maior impacto orçamentário a partir do chamado Estado de bem-estar Social, que teve seu início datado na década de 30. A sua implementação se deu em um cenário pós-crise de 1929, a chamada Grande Depressão ou Quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque.

Os reflexos desta crise impactaram as economias de diversos países do globo, pois os EUA tinham sua economia voltada principalmente à exportação de alimentos e produtos industrializados, principalmente os europeus, que estavam arrasados pelos efeitos da 1ª Guerra Mundial.

No Brasil, embora esta crise tenha refletido fortemente na exportação de café, principal produto da economia da época, esta mesma crise serviu de impulso ao desenvolvimento industrial nacional, pois se conjugou a necessidade de acumulação de capital para a promoção de novos investimentos com a legitimação do poder do Estado junto às camadas sociais.

Promoveu-se, então, um dos períodos mais importantes da história brasileira recente, do ponto de vista de desenvolvimento econômico e da promoção de benefícios sociais, principalmente aos mais pobres. Foi neste período que surgiram as primeiras experiências na área de previdência social com a instituição das Caixas de Aposentadoria e Pensão, a regulação da jornada de trabalho, a instituição do salário-mínimo, entre outros.

Entretanto, atualmente nem mesmo aqueles que resistiram e permanecem no campo possuem condições de subsistir sem que fomentem e exercitem constantemente o elo de dependência para com os monopólios do capitalismo.

Apenas a título exemplificativo, nos dias atuais, a mesma empresa que fornece as sementes para plantio de determinada cultura de cereais, também produz e comercializa os inúmeros insumos agrícolas aplicados durante todo o cultivo, estabelecendo, deste modo, um círculo vicioso de produção e consumo que mantém o produtor rural, seja ele de pequeno ou grande porte, adstrito àquela empresa.

Em que pese tais colocações, possam, inicialmente, parecer deslocadas, é necessário que as mesmas sejam vinculadas às necessidades vitais que condicionam a sobrevivência humana. Por conseguinte, convém ter em mente que ao passo que a humanidade evoluiu com inúmeros desenvolvimentos e inovações tecnológicas em todos os campos científicos existentes, também desenvolveu um círculo de interdependência com o dinheiro.

Enquanto há séculos atrás era perfeitamente possível sobreviver com dignidade sem muito dinheiro, pois as estruturas sociais então existentes assim permitiam, os tempos modernos impõem como condição indispensável de sobrevivência, a disponibilidade financeira. Tudo depende de dinheiro.

Diante deste cenário paradoxal, em que de um lado existem gigantescas empresas que controlam boa parte dos meios de produção, do outro existem milhões de pessoas que não possuem nem as condições mínimas de sobrevivência, ao passo que se tornaria impossível cogitar que estas viessem a viver com dignidade.

Assim, após longo período de inércia governamental acerca do tema, e principalmente após a promulgação da Constituição Federal de 1988, o direito a uma alimentação sadia e equilibrada passou a constar em projetos sociais. Por conseqüência, instrumentos que permitissem a efetivação deste direito fundamental passaram a ser desenvolvidos.

Inúmeros projetos foram introduzidos na sociedade brasileira. Entretanto, conforme afirma Conti (2009, p. 41),

elas cresceram expressivamente, em extensão e abrangência, no período do Governo Lula, de modo que, progressivamente, vêm abrangendo diferentes áreas e grupos sociais, especialmente aqueles que vivem em situação de pobreza e vulnerabilidade social.

Evidencia-se, por conseguinte, que o Programa Bolsa Família é uma evolução ou aperfeiçoamento do Programa Fome Zero, o qual fora introduzido pelo primeiro governo de Luís Inácio Lula da Silva em 2003. Nesse sentido, expõe Maluf (2006, p. 22) que:

As ações do PFZ foram classificadas em três tipos: “ações estruturais” voltadas para as causas mais profundas da fome e da pobreza; “ações específicas” para atender diretamente as famílias que não se alimentam adequadamente; “ações locais” implantadas pelas prefeituras municipais e pela sociedade civil.

Contudo, ainda com base nas palavras de Maluf (2006, p. 22), convém expor as premissas iniciais que nortearam a transição e o aperfeiçoamento dos programas:

A transição do PCA para o PBF impôs mudanças de orientação e institucionais que geraram debates, entre outros, sobre quatro pontos: (i) incorporação do objetivo de ampliar o acesso aos alimentos em um programa com foco no combate à pobreza por meio da transferência de renda; (ii) adoção (ou não) de exigibilidades em programas sociais na forma de compromissos para as famílias atendidas (destinação da renda recebida, frequência escolar das crianças e cuidados com a saúde da família) que condicionariam o recebimento da renda; (iii) capacidade do programa atingir as famílias mais necessitadas e de se articular com ações complementares que contribuam para emancipar as famílias atendidas; (iv) controle social do programa, particularmente, quanto aos papéis dos comitês gestores locais e demais instâncias de âmbito municipal.

Assim, após a efetivação das diretrizes contidas no Programa Fome Zero, as necessidades de aperfeiçoamento do mesmo conduziram a muitas discussões acerca do tema. Em verdade, houve um envolvimento nacional nunca antes visto, ao passo que as deficiências de ordem socioeconômica passaram a ser interpretadas como um problema cuja responsabilidade compete a todo cidadão brasileiro.

Passou-se a desenvolver e fomentar um sistema de cooperação entre os entes estatais e as organizações da sociedade civil organizada, utilizando-as como

um braço do estado e no intuito de alcançar locais e pessoas que anteriormente ficavam apartadas do provimento estatal.

Conforme o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome, o Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades, que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza.

Interessante destacar que por estar intimamente vinculado ao Programa Fome Zero objetiva primeiramente permitir aos beneficiários, condições de exercer o direito a vida, ao passo que sua principal finalidade é alcançar aqueles que necessitam de amparo para que usufruam de uma alimentação adequada, pois tal fator é o núcleo essencial de todo o desenvolvimento humano, em todos os sentidos.

Não se pode esperar que pessoas que não possuem condições de alimentar-se, tenham perspectiva de vida! Não se pode acreditar na evolução de uma nação, onde milhões de pessoas passam fome. Não existe desenvolvimento, em sentido lato, em uma nação onde boa parte das pessoas apenas sobrevive. Tem-se que o desenvolvimento socioeconômico está extremamente articulado e dependente das condições que uma nação oferece a seu povo.

Ainda com base no Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome é possível destacar as principais características do Programa Bolsa Família, quais sejam: transferência de renda, condicionalidades e programas complementares.

A formalização legal do programa Bolsa Família se deu por meio da Lei n.º 10.836/04 e do Decreto n.º 5.209/04, os quais estabelecem que a gestão caracteriza-se pela descentralização entre os entes estatais, o que permite uma maior proximidade entre os executores do programa e os beneficiários.

Assim, compete ao município, tendo em vista inclusive a relevância como ente estatal que recebeu pela Constituição Federal de 1988, eis que efetivamente declarado como elemento da organização político-administrativa do Brasil, manter e organizar o Cadastro Único dos Programas Sociais – CadÚnico, que se constitui no banco de dados essencial ao funcionamento do programa.

Os dados familiares ali registrados são submetidos ao procedimento de seleção realizado pela Caixa Econômica Federal, a qual deve proporcionar eficiência

na destinação dos recursos e evitar qualquer espécie de discricionariedade e parcialidade de origem político-partidária. Ou seja, pretende-se assegurar ao processo seletivo dos beneficiários, lisura, transparência e idoneidade, pois são requisitos indispensáveis a uma sociedade mais equitativa.

Em que pese sua curta existência no cenário nacional, o Programa Bolsa Família já dispõe de um dos mais expressivos resultados e indicadores em termos de acesso ao mercado de consumo e promoção de cidadania as famílias de baixa renda que por ele são abrangidas.

Ademais, a experiência brasileira nesta seara se tornou referência mundial como instrumento eficaz de promoção dos meios necessários ao exercício da cidadania, o que, por sua vez, oportunizou a realização de acordos internacionais voltados à cooperação entre governos para a modernização do sistema de cadastro de famílias e, também, na troca de informações.

Diante desta premissa a ação do Estado para promover a inclusão social vem sendo um grande projeto político brasileiro principalmente nos últimos anos, este projeto serve tanto como plataforma de campanha, embasando projetos de governo e “adocicando” discursos de campanha política, mas também é necessário do ponto de vista mercadológico, pois estabilidade política, econômica e social é premissa necessária, e por que não dizer fundamental, para a atração de investimentos de capital internacional, bem como para a promoção de uma sociedade mais estável, produtiva e de prospecção de desenvolvimento social e econômico.

3 BREVE CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DE TRÊS PASSOS

O município de Três Passos está localizado na região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, está inserido no Território da Cidadania Noroeste Colonial. Tem sua economia baseada na agricultura desenvolvida em minifúndios. Tem uma área territorial de 268 Km², população de 23.965 mil habitantes, e conta com a densidade demográfica de 89,29 (hab/Km²). Seu meio rural é caracterizado por pequenas propriedades rurais com agricultura baseada na economia familiar e participa do PBF desde sua instituição, no ano de 2004.

Afirma-se, conforme IBGE 2010, que, em meados de 1860 o Governo Imperial designou uma comissão de engenheiros, e um forte destacamento com o objetivo de abrir a primeira picada em vista da instalação de uma colônia militar nesta área. Após um período de trabalho, aproximadamente de três anos, foram paralisados estes intentos, tendo atingido o limite com a Argentina. Mais tarde, no ano de 1879, o Governo Imperial resolve fundar uma colônia militar no Alto Uruguai. O primeiro vestígio da formação do município de Três Passos deve ser buscado neste ano de 1879, quando da construção da referida Colônia Militar do Alto Uruguai. Nesta época, buscava-se a afirmação do Império do Brasil na condição de donos das terras meridionais no mesmo contexto de aquisição definitiva das Missões jesuíticas.

Há aproximadamente 35 quilômetros da Colônia, no sentido sul, construiu-se em 1882 uma casa de guarda avançada que tinha como incumbência vigiar e proteger a precária estrada aberta até então. Este local fora escolhido por contar com três córregos de água potável que serviam a homens e animais, recebendo a todos os viajantes com hospitalidade e a generosidade de uma terra profícua e abundante. Chamado inicialmente de Pouso dos Três Passos, local este onde mais tarde surgiria à cidade.

Em 1919, chagaram os primeiros colonos descendentes de alemães, vindos de Chapada e de Tapera. A justificativa da denominação Três Passos provém da existência destas 3 referidas correntes de água transposta neste local. Hoje as 3 vertentes, apesar de estarem situadas no perímetro urbano, continuam existindo. O Distrito de Três Passos foi criado por Ato Municipal n.º 110, de 20-01-1913,

subordinado ao município de Palmeira. Conforme a divisão administrativa do ano de 1933, este distrito pertencia ao município de Palmeira das Missões, do qual em foi elevado à categoria de município via Decreto-lei Estadual n.º 720, de 29-12-1944. Em termos de divisão territorial datada de 2001, o município é constituído de 6 distritos: Três Passos, Alto Erval Novo, Bela Vista, Floresta, Padre Gonzales e Santo Antônio, permanecendo dessa forma até os dias de hoje.

Em nível econômico as culturas desenvolvidas são o milho, a soja, o trigo, hortifrutigranjeiros, fumo e culturas de subsistência como: mandioca, feijão, batata, arroz. Porém, a suinocultura é o ponto mais forte da economia atualmente. Há no município a empresa Sadia que trabalha com o sistema de integrado, onde são construídos chiqueirões. Nesse processo o agricultor faz treinamento, tem assistência técnica da empresa, com financiamento para o empreendimento através de crédito bancário. Um dos maiores problemas neste empreendimento é a questão ambiental. Para se obter licença ambiental é necessário, como são minifúndios que os vizinhos assinem uma declaração afirmando que os dejetos dos suínos serão ocupados em suas lavouras, porém estes mesmos vizinhos já possuem seu empreendimento e já coletaram assinaturas de seus lindeiros. Fica evidente que a contaminação do solo é um problema sério que ainda não tem solução.

Como segunda colocada, vem com muita força à criação de vacas leiteiras. Onde se aproveita os dejetos suínos para fazer pastagens. Então, o agricultor em alguns casos, esses não são muitos, tem chiqueiro integrado, e está iniciando a criação de vaca leiteira. Em relação a estas duas atividades há que se ressaltar, que as mesmas não dispõem de lugar suficiente para destinar os dejetos destes animais. Em curto prazo, no entende-se que haverá um sério problema de contaminação do lençol da água, que no interior é usado através dos poços artesianos. Outra cultura presente é a plantação de fumo que garante uma renda para o pequeno agricultor, principalmente em terrenos muito acidentados. Os agricultores que tem maiores áreas de terra cultivam soja como sua principal cultura.

Em nível urbano o destaque são as indústrias têxteis. A Empresa Tecidos Três Passos é a maior delas. Mas temos varias outras pequenas indústrias que garantem emprego e renda para muitas famílias. Graças a esta atividade o SENAC desenvolve anualmente cursos para costureiras, pensando na qualificação de mão-

de-obra, e empregabilidade da população. A Indústria da Sadia, que com o integrado, abate os suínos, que são exportados para a Rússia.

A Cooperativa agrícola Cotricampo, também tem uma filial em Três Passos recolhendo a soja e o milho produzidos nos municípios vizinhos. Possui ainda um grande mercado e uma loja com produtos agropecuários para atender os seus sócios e demais clientes. Investe-se também na área de produtos da construção civil, já que com o programa “Minha casa minha vida”, o número de construções no município, o que em nível de país todo, quaduplicou. A construção civil também está alavancando a economia. Porém a falta de mão-de-obra especializada é um grande problema.

O município dispõe ainda a área industrial com 13 ha, onde o município proporciona às empresas um espaço para a instalação de sua sede, com incentivos fiscais, para garantir o seu êxito e atrair para o município novos empreendedores a fim de gerar emprego e renda para a população.

Na área da educação existem ótimas escolas a nível fundamental (estadual e municipal). Em nível médio existem duas escolas estaduais grandes com de 1000 alunos em cada uma, com cursos técnicos na área do comércio e da eletrônica. Tem-se, ainda, uma escola particular de ensino fundamental e médio da Igreja Evangélica a IECLB, que recebe alunos dos municípios vizinhos.

No ensino superior há um campus Universitário da Unijuí que oferece cursos de graduação na área do direito, administração e ciências contábeis. Possui ainda cursos de extensão e Ensino à distância. Tem no seu campus a EFA, que é a escola de ensino médio técnico com cursos de Técnico de Enfermagem e Técnico em saúde bucal, entre outros de educação continuada.

Há ainda a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, com um curso de tecnólogo na área de gestão ambiental; a UAB onde estão inseridas a UFRGS, a UFSM e UFPEL, com vários cursos na área de licenciatura e tecnólogos. Além dessas, existem outras universidades instaladas como Uniasselvi, Unopar, Ulbra, lesde.

Na área da saúde existem postos de saúde em todos os bairros do município e nos distritos como Bela Vista, Padre Gonzáles, onde os munícipes são atendidos com médicos, dentistas. Casos como psicólogas, são encaminhados ao CRAS.

Nutricionista, ao posto central. Há um hospital bem equipado, inclusive com UTI. Está instalado o SAMU SALVAR, Corpo de Bombeiros aqui na cidade. 7º Batalhão Militar, instalado no município. O serviço de saneamento básico e de rede de água para todo o município é prestado pela CORSAN. Esta mesma empresa foi contratada para o primeiro tratamento de esgoto que está em experiência no bairro Pró-morar de Padre Gonzáles. Há coleta de lixo seletiva, num consorcio de vários municípios onde o lixo é recolhido e tratado. Em relação ao PBF existem diversos atores envolvidos nas ações, principalmente através dos Gestores Municipais, da Secretaria de Assistência Social e através de conselhos de diversas representações da sociedade civil, como Conselho de Assistência Social, Conselho de Educação, Conselho de Saúde entre outros, que em sua constituição contam com as mais variadas classes e representações sociais.

4 METODOLOGIA DA PESQUISA

Após a abordagem acerca do Programa Bolsa Família no contexto da SAN, entendido como um programa de transferência condicionada e direta de renda pelo Governo Federal, explicitando sua concepção em nível geral para o particular que é o objeto de nosso estudo, especificamente a realidade municipal e, de modo especial no contexto socioeconômico de Três Passos, neste capítulo trataremos, brevemente, sobre a metodologia, isto é, o método, o caminho abordado para captarmos os dados e, posteriormente analisá-los de forma coerente, concisa e capaz de clarear na compreensão acerca da problemática em questão.

O objetivo central deste estudo é analisar em que medida o Programa Bolsa Família contribui na superação da insegurança alimentar e nutricional das famílias. Para dar conta desta problemática identificaram-se as famílias que participam do programa Bolsa Família, de modo especial, os beneficiários do bairro Pindorama, no município de Três Passos – RS. Decorrente desse exercício fez-se um mapeamento onde as famílias tendo em vista a aplicação do roteiro de pesquisa, focando o PBF. Este exercício implicará em descrever em que medida o benefício contribui para incrementar a quantidade, a qualidade e a variedade de alimentos e outros gêneros para a manutenção destas famílias beneficiárias. Esta base de dados que captaremos em nossa pesquisa possibilitará avaliar o quanto o PBF está contribuindo, ou não, para a segurança alimentar e nutricional das referidas famílias, focos de nossa abordagem.

Para satisfazer os objetivos estabelecidos para este trabalho acadêmico, a sua construção se deu por meio da realização de pesquisas bibliográficas indicadas pelo orientador, bem como pela utilização de inúmeros outros textos localizados mediante pesquisa virtual em relação aos temas Fome Zero, Bolsa Família, inclusão social e outros. Importa observar, contudo, que a maior parte do acervo bibliográfico utilizado foi produzido pelo governo federal brasileiro, no entanto, outras fontes de edição também foram utilizadas.

Este estudo partiu da escolha do tema, e da configuração do problema de pesquisa. Em seguida fez-se o levantamento bibliográfico preliminar sobre o assunto em questão. A fundamentação da temática foi realizada via consultas a obras,

artigos científicos, entre outros, nos quais se buscou informações sobre as questões envolvidas no PBF e sua implicação na vida dos beneficiários. Este exercício possibilitou o embasamento teórico necessário para a análise e entendimento das questões levantadas, na perspectiva da segurança alimentar e principalmente as contribuições que a transferência de renda do PBF pode gerar as famílias.

Entretanto, a fim de assegurar um caráter mais realista às informações contidas ao longo do texto, realizou-se uma pesquisa de campo com famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família, junto ao bairro Pindorama do Município de Três Passos.

O estudo foi realizado por meio de pesquisa qualiquantitativa, descritiva, onde se utilizou como ferramenta para a coleta dos dados um roteiro de pesquisa (apêndice A), onde os beneficiários foram entrevistados acerca do problema estudado para, em seguida, mediante análise, obterem-se as conclusões correspondentes as informações coletadas. Sendo assim, se buscou um conhecimento sobre o objeto em estudo e as hipóteses do problema a serem confirmadas ou não, para o entendimento dos conceitos Fome Zero, Bolsa Família, Inclusão Social, Segurança Alimentar e Nutrição, em relação ao contexto no qual aplicamos a pesquisa empírica de coleta de dados.

O método qualiquantitativo utilizado na perspectiva da pesquisa por amostragem, facilitou o processo de seleção de 5% dos beneficiários, dentre as 73 famílias residentes no bairro. A coleta dos dados decorreu da aplicação de um roteiro de pesquisa (entrevistas estruturadas) direcionado às famílias. A elaboração do roteiro de pesquisa deu-se a fim de abranger as problemáticas descritas anteriormente, fazendo-se entender ao entrevistado, de forma simples, porém objetiva, contemplando informações que auxiliem a desenvolver-se a pesquisa, focando a problemática central. A escolha das famílias deu-se com o auxílio da Agente de Saúde do bairro Pindorama, devido as dificuldades do acesso as informações diretas dos beneficiários. Uma vez selecionadas as quatro famílias, iniciou-se as visitas com aplicação do roteiro de pesquisa.

Levando-se em conta que Três Passos é um município de médio porte o conhecimento prévio da comunidade facilitou a aplicação do roteiro de pesquisa, favorecendo o desenvolvimento deste estudo. As entrevistas para levantamento de

dados foram compostas pelo levantamento de dados junto às famílias beneficiárias do PBF do bairro Pindorama se relacionaram: número membros que compõe a família; membros da família que possuem emprego fixo com carteira assinada; existência de trabalho informal na família; aplicação do valor que recebem do Bolsa Família; tipos de alimentos comprados com os recursos do PBF; outro tipo de assistência por parte do poder público aos beneficiários do PBF; avaliação das condicionalidades (escola, saúde) do Programa; Para as entrevistas (ver apêndice B) foram elaboradas questões abordando os assuntos citados acima. Os dados referentes a estes itens foram sistematizados, sendo posteriormente analisados e discutidos à luz dos referenciais teóricos. O levantamento de dados junto aos gestores públicos do PBF de Três Passos relaciona: famílias cadastradas no CadÚnico do município; famílias que recebem o PBF no município; famílias que estão cadastradas no CadÚnico e poderiam ser beneficiadas pelo PBF e não o recebem; tipo de acompanhamento e assistência dados além do benefício; número de assistentes sociais no município para o atendimento das famílias do PBF; integração entre o PBF e os CRAS; programas ou benefícios que o município proporciona às famílias, além do PBF; integração ou relação entre o PBF e o PAA; vantagens e desvantagens do PBF no município (ver apêndice A).

Uma vez aplicadas as entrevistas, buscou-se ordenar os dados obtidos. Este ordenamento propiciou e ao mesmo tempo veio facilitar a leitura analítica dos dados obtidos, podendo, dessa forma captar, partindo dos dados expressos, em que medida do PBF é ou não uma política pública garantidora de SAN no contexto específico onde estas famílias estão inseridas. Exposta a metodologia usada na captação dos dados, procedeu-se a análise dos mesmos, que proporcionou elementos indicadores para analisar o PBF. O levantamento das questões deu-se a partir da elaboração do questionário que foi aplicado no levantamento dos dados, bem como, do conhecimento empírico da realidade destas famílias. Os dados obtidos serão apresentados em forma de gráficos, agrupando-se famílias com características parecidas. Uma análise das questões descritivas será apresentada também em grupos e todos os dados serão posteriormente agrupados para se ter uma visão global do assunto abordado.

5 ALGUNS RESULTADOS SOBRE O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

O levantamento dos dados foi realizado diretamente nas famílias, mediante visita e entrevista através de um roteiro de pesquisa estruturado, chegando-se, assim, em um perfil dos beneficiados com o PBF, no município de Três Passos, mais precisamente, no bairro Pindorama.

O Programa Bolsa Família é um programa de distribuição de renda com condicionalidades, cuja proposição além de promover segurança alimentar, procura garantir que as famílias mantenham seus filhos matriculados e freqüentando a escola, quando em idade escolar, e façam todas as vacinas requeridas pelo Ministério da Saúde aos seus filhos. O programa consiste na ajuda financeira às famílias pobres, com renda per capita de R\$10,00 (dez reais) à R\$140,00 (cento e quarenta reais), condicionada às contrapartidas apresentadas anteriormente. O valor do benefício pode variar de R\$32,00 (trinta e dois reais) à R\$242,00 (duzentos e quarenta e dois reais) dependendo das condições econômico-sociais de cada família.

O gráfico seguinte demonstra a evolução no atendimento e o demonstrativo de gastos executados pelo Programa entre os anos de 2004 a 2009:

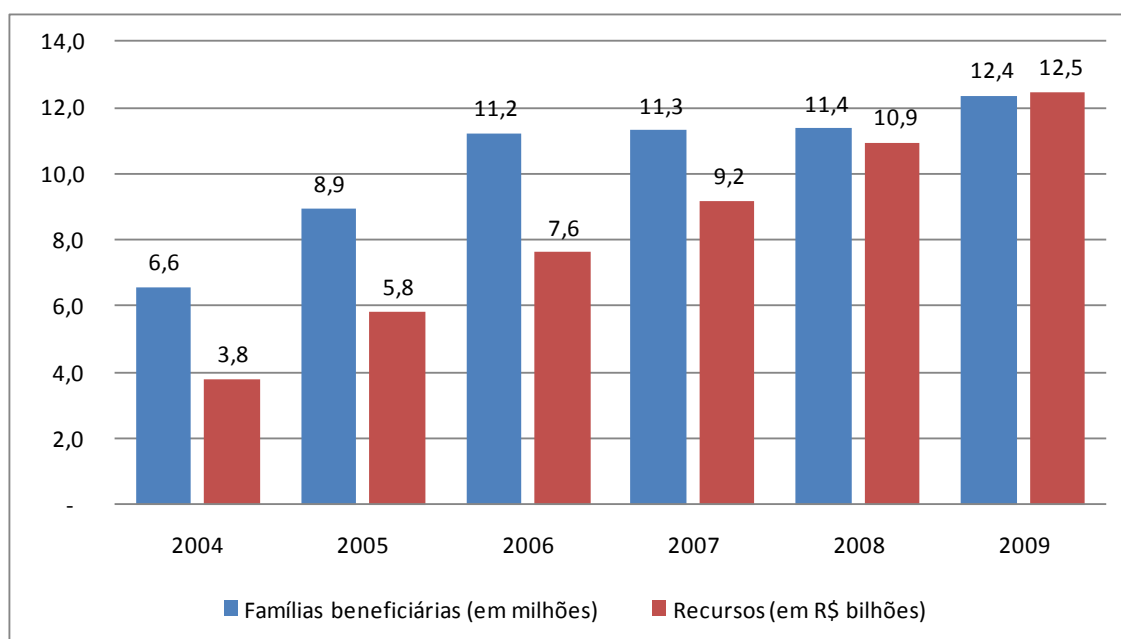


Gráfico 1 – PBF: famílias beneficiárias e execução financeira

Fonte: www.mds.gov.br/bolsafamilia

O Programa atua dentro de três premissas* principais: a transferência de renda, as condicionalidades e os programas complementares. Sendo a transferência de renda a promoção da necessidade básica do ser humano do acesso ao alimento; as condicionalidades* visam reforçar o acesso e o direito de cidadania, concedendo os direitos sociais básicos de educação, saúde e assistência social; os programas complementares, por sua vez, procuram promover aos beneficiários a possibilidade destes superar a situação atualmente posta e poder, através de seu próprio trabalho, condições dignas de subsistência e mobilidade social.

A inserção das famílias é feita através da inscrição no Cadastro Único, atualmente estão cadastradas aproximadamente 19,5 milhões de famílias, das quais 12,5 milhões são beneficiárias do Programa Bolsa Família, o público são as famílias com renda familiar de $\frac{1}{2}$ a 3 salários mínimos.

O gráfico a seguir demonstra a evolução das famílias cadastradas no programa do ano de 2006 a 2009:

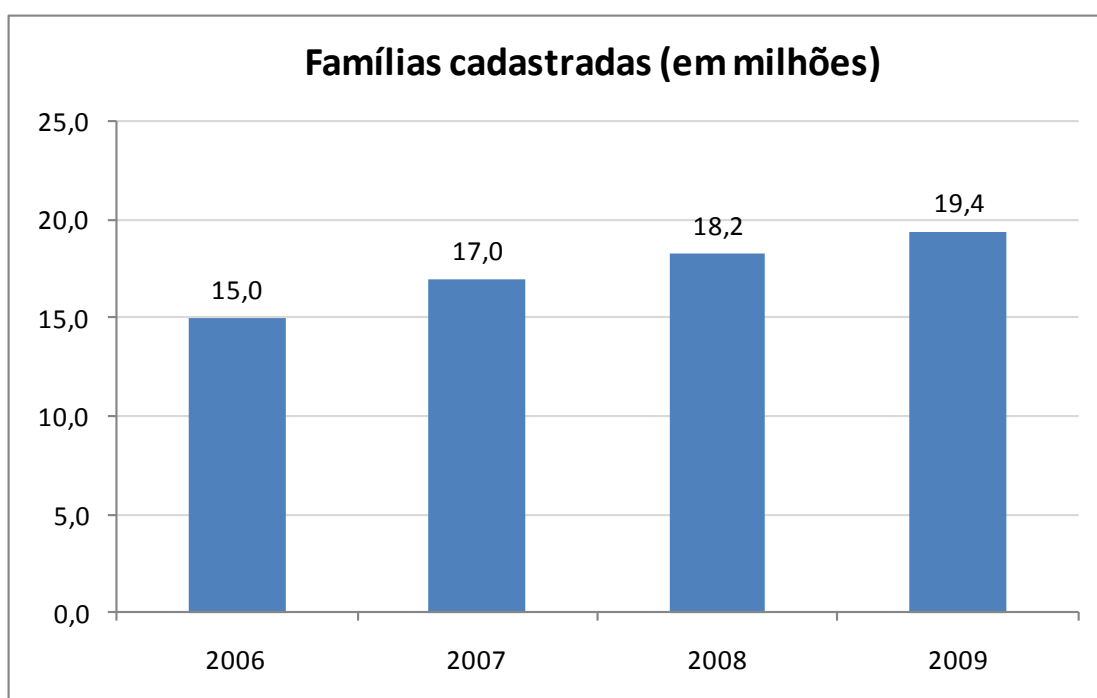


Gráfico 2 – Famílias Cadastradas no Programa Bolsa Família

Fonte: www.mds.gov.br/bolsafamilia

* Disponível em: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/>. Acesso em abril de 2011.

A gestão do programa é feita de forma descentralizada sendo que no âmbito local é realizado pelos gestores municipais, os quais são responsáveis pela identificação, cadastramento, oferta de serviços e acompanhamento das famílias na questão das condicionalidades (saúde, educação e assistência social)²

O IGD foi instituído pela lei nº 12.058, de 13 de outubro de 2009. É um número de 0 a 1 que demonstra a qualidade da gestão do PBF no município. Tendo este indicador como referência o MDS, repassa recursos aos municípios para que possam gerir o programa. Quanto maior o IGD, maior será o valor do recurso. Desta maneira o MDS incentiva os municípios a melhorar a qualidade de gestão do PBF³ (BRASIL, MDS).

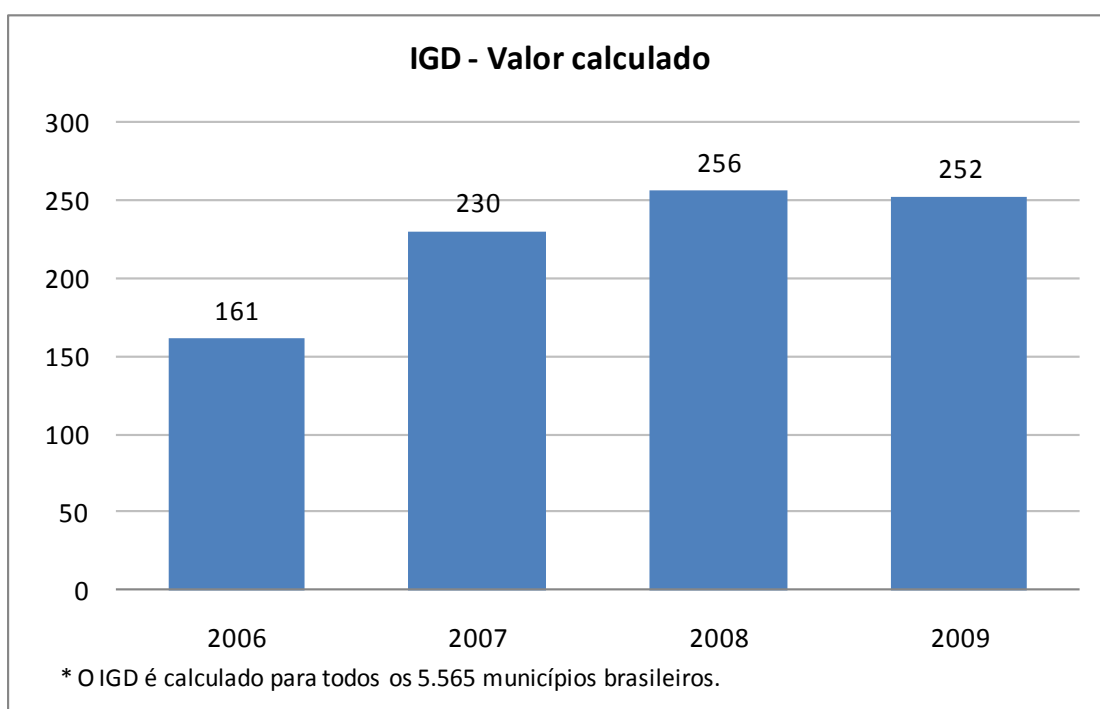


Gráfico 3 – Índice de Gestão Descentralizada dos Municípios Brasileiros

Fonte: www.mds.gov.br/bolsafamilia

Atualmente o Programa atende mais de doze milhões de famílias em todo o território nacional, e é citado por diversos institutos como um dos principais responsáveis pela redução da miséria no Brasil, segundo estudos realizados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2008), o Bolsa Família, somado a melhoria no mercado de trabalho e os ganhos reais no poder de compra do salário

² Disponível em: www.mds.gov.br/bolsafamilia. Acesso em abril de 2011.

³ Disponível em: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/gestaodescentralizada>. Acesso em abril de 2011.

mínimo promoveram uma redução de 43,5% para 30,3% na população em situação de pobreza, já reduziu praticamente pela metade os índices de pessoas em situação de pobreza extrema (de 20,5% para 11,5%).

No âmbito da educação, um dos condicionantes do Programa é a exigência que o Programa faz de que haja frequência mínima na escola de 85% para crianças de seis a quinze anos de idade e de, no mínimo, 75% para adolescentes de dezesseis e dezessete anos; quando da avaliação dos resultados constatou-se que houve uma redução de 37% nas faltas às aulas (CRAS, dados de setembro de 2007), mas não representou melhora no desempenho geral dos alunos, frustrando as expectativas dos gestores públicos de que uma maior presença dos alunos em sala de aula representaria um melhor aproveitamento destes; esta situação acabou por demonstrar que, se por um lado o Programa promovia uma maior demanda para as instituições de ensino, estas, por sua vez, diante de uma já visível deficiência estrutural, orçamentária e de recursos, somados à escassez de oferta acabaram por frustrar as expectativas neste viés do programa.

Já no âmbito da saúde o programa prevê o monitoramento nutricional de mulheres gestantes e lactentes e de crianças de até sete anos de idade, bem como o monitoramento pré-natal e pós-natal, e monitoramento do cumprimento do calendário de vacinação das crianças até sete anos de idade. Ações estas que reduzem significativamente a mortalidade infantil promovem uma gestação mais saudável e combatem a desnutrição tanto da criança como da mãe.

O programa de assistência social, por sua vez, tem o objetivo de promover condições necessárias às pessoas de proverem de forma autônoma seu sustento, através de programas de formação e treinamento, oferecimento de cursos profissionalizantes, palestras, entre outros. Em outras palavras, procuram tirar as pessoas das condições de risco através da capacitação, promovendo, com isto, a mobilidade social sustentável.

5.1 O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM TRÊS PASSOS

A promoção de uma sociedade que fomente a dignidade às pessoas depende de fatores que dão iguais possibilidades a todos, sendo a exposição de seres humanos a condições subumanas inadmissível. Violência, fome, o não acesso à saúde e à educação são mazelas não compatíveis com as condições propostas e leis desenvolvidas pelo Estado no percurso da história.

É, portanto, um dos grandes desafios do governo brasileiro, e por que não dizer dos outros países do globo, a promoção da cidadania, ou, em outras palavras, a promoção à sociedade de condições suficientes e necessárias para que esta possa desfrutar de situação satisfatória para a realização das atividades sociais e econômicas a que cada um deseja. Diante disto, a exposição de pessoas à fome, à falta de segurança, saneamento, entre outros, não se admite. A promoção da cidadania é, portanto, o grande objetivo. Dessa forma, o compromisso precisa ser assumido de forma colegiada pelos entes federados, governo federal, estados e municípios, formando parcerias em vista da promoção de vida digna aos cidadãos brasileiros. Dessa forma será focado o PBF em Três Passos, fazendo um exercício de abordar do programa desde a perspectiva dos gestores públicos, por um lado e, por outro, dos beneficiários.

5.1.1 VISÃO DOS GESTORES PÚBLICOS SOBRE O PBF

Os dados apresentados a seguir foram coletados junto ao Centro de Referência de Assistência Social – CRAS – órgão municipal também responsável pela gestão das ações relacionadas ao Programa Bolsa Família no município de Três Passos, conforme questionário no apêndice A.

O número de famílias cadastradas do CadÚnico foi de 2.779 (dois mil, setecentos e setenta e nove), aproximadamente 8.741 pessoas, sendo destas 1.333 famílias recebem o benefício.

A estas famílias são feitos acompanhamentos sistemáticos por meio de visitas realizadas pelos assistentes sociais e agentes comunitários de saúde, a fim de se

fazer a verificação da condição de vulnerabilidade da família, bem como da utilização dos recursos advindos, bem como do cumprimento das condicionantes impostas pelo programa para a concessão do benefício. Apesar do empenho dos profissionais, é notável a falta de um acompanhamento mais contínuo às famílias, porém a falta de recursos humanos prejudica a promoção de um trabalho mais qualificado.

A constatação da existência de novas famílias em situação de vulnerabilidade social é realizada por meio das visitas dos agentes comunitários de saúde e por informações recebidas da comunidade. As situações são analisadas caso a caso e em havendo o enquadramento nas premissas do Programa Bolsa Família é feito o cadastramento desta família no programa para a concessão do benefício. É feito o acompanhamento rotineiro familiar para a conferência antes de digitar os dados no sistema para a inclusão do cidadão como beneficiário.

A municipalidade através de convênio de cooperação entre o Centro de Referência de Assistência Social – (CRAS) –, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) –, Plano Setorial de Qualificação (PLANSEQ) – e Programa Emancipar, oferecem, aos beneficiados pelo Programa Bolsa Família cursos como: corte e costura, instalador hidráulico, instalador elétrico, garçom e garçonete. Neste último Emancipar, do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, estão sendo oferecidas 100 moradias para Três Passos. O pré-requisito para participar é estar cadastrado no CAdÚnico e morar em área de risco, também é exigido que participem do planejamento destas construções, em fase de construção. São 50 moradias sendo construídas, mais 50 em fase de liberação pelo Governo do Estado.

O valor do benefício depende da situação em que cada família se encontra, sendo que o valor pode variar de R\$22,00 (vinte e dois reais) a R\$68,00 (sessenta e oito reais) de acordo com as regras dispostas pelo Ministério do Desenvolvimento Social.

O Programa tem quatro tipos de benefícios: o básico, o variável, o variável vinculado ao adolescente e o variável de caráter extraordinário.

O Benefício Básico, de R\$ 68,00 é pago às famílias consideradas extremamente pobres, com renda mensal de até R\$ 70,00 por pessoa, mesmo que elas não tenham crianças, adolescentes ou jovens.

O Benefício Variável, de R\$ 22,00 é pago às famílias pobres, com renda mensal de até R\$ 140,00 por pessoa, desde que tenham crianças e

adolescentes de até 15 anos. Cada família pode receber até três benefícios variáveis, ou seja, até R\$ 66,00.

O Benefício Variável Vinculado ao Adolescente (BVJ), de R\$ 33,00 é pago a todas as famílias do Programa que tenham adolescentes de 16 e 17 anos freqüentando a escola. Cada família pode receber até dois benefícios variáveis vinculados ao adolescente, ou seja, até R\$ 66,00.

O Benefício Variável de Caráter Extraordinário (BVCE) é pago às famílias nos casos em que a migração dos Programas Auxílio-Gás, Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Cartão Alimentação para o Bolsa Família cause perdas financeiras. O valor do benefício varia de caso a caso (MDS, 2010).

O número de famílias atendidas no município, principalmente nos últimos sete anos (2004 a 2007) demonstra que o número de famílias que recebem o benefício não tem mudado significativamente, se comparado ao número médio anual de pessoas atendidas (4.192 pessoas) com o número de habitantes do município apurado pelo Censo IBGE 2010 (23.965 habitantes). Vê-se que 17,53% da população três-passense em maior ou menor grau estão em situação de vulnerabilidade social, ao considerar-se este número (famílias atendidas pelo programa) não teve alteração significativa nos últimos anos. Constata-se que há deficiência de ação em assistência social, no atendimento a demanda, um dos objetivos do PBF. O gráfico a seguir mostra a evolução do número de famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família em Três Passos de 2004 a 2010.

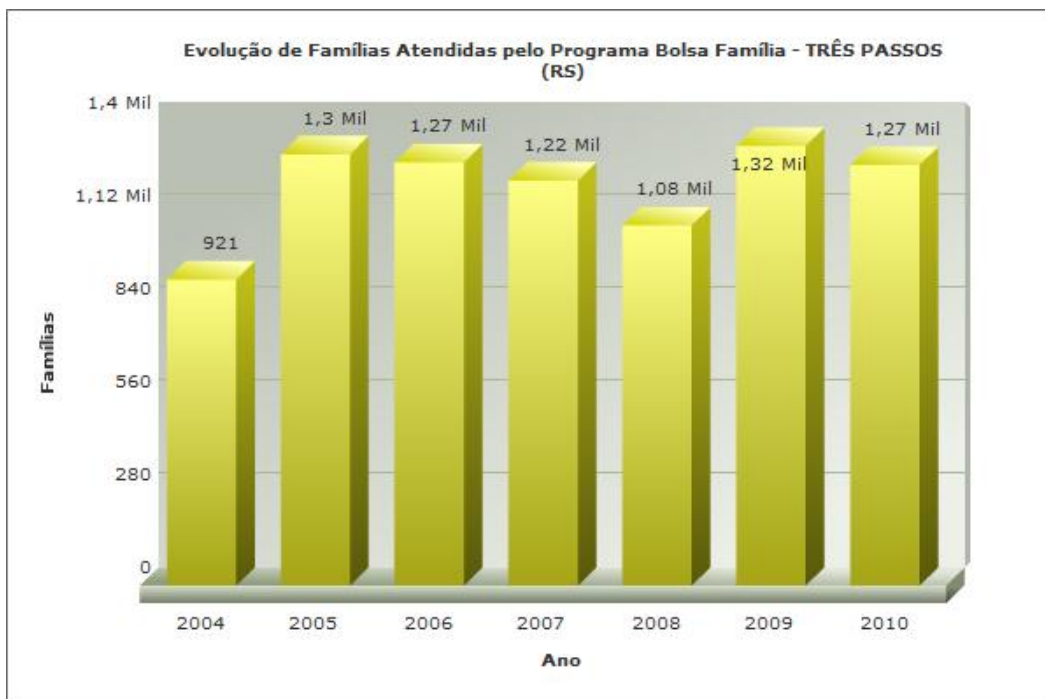


Gráfico 4 – Evolução das Famílias Atendidas pelo Programa Bolsa Família em Três Passos – RS – 2004 a 2010.

Fonte: http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RI_senarc/grafico_BF_fam2.php?ibge=432190

Conforme dados obtidos do Centro de Referência de Assistência Social há no CadÚnico 2.779 famílias cadastradas, o que representa 8.741 pessoas, sendo que são atendidas 1.333 famílias pelo Programa, gerando um resultado, aproximado de 4.193 pessoas que recebem o benefício do programa. Vale ressaltar que este Programa é a política pública de SAN mais abrangente adotada pelo município de Três Passos.

O gráfico 5 demonstra o mapa da pobreza e um comparativo do índice de pobreza da população trespassense baseado nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2008).

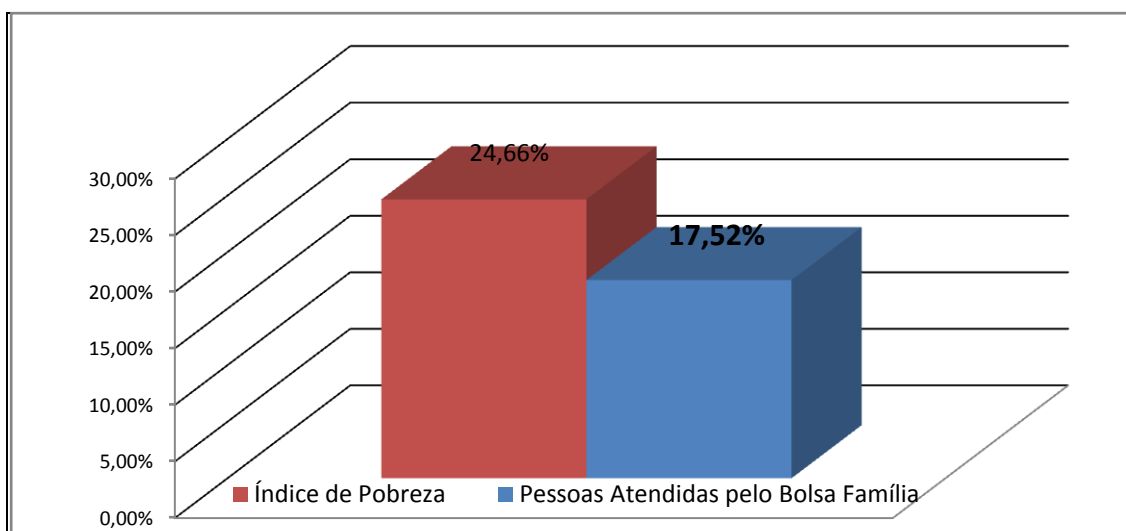


Gráfico 5 – Comparativo entre Índice de População Pobre em Três Passos e Pessoas Atendidas pelo Programa Bolsa Família
Fonte: Elaboração do autor com base no IBGE 2008

Os dados obtidos pelo gráfico demonstram que a maior parte da população pobre do município de Três Passos recebe subsídios financeiros do Programa, a diferença, 7,14% da população, aproximadamente 1.700 habitantes, ainda considerados pobres não estão em situação de vulnerabilidade, sendo os critérios do Ministério do Desenvolvimento Social, isto não quer dizer que não sejam beneficiadas por outras ações locais de assistência aos mais necessitados. Há ainda outras iniciativas que corroboram as ações já apresentadas a saber: Parceria entre a Comunidade Evangélica e a Prefeitura Municipal para o fornecimento de alimento (sopão) ao bairro mais pobre do município; Programa Alimentar, que visa assessorar técnica, material e financeiramente as famílias do meio rural para que estas, através

do cultivo da terra, promovam seu próprio autoconsumo de alimentos e geração de renda; Entre outros.

Na visão do Centro de Referência de Assistência Social o Programa Bolsa Família tem a vantagem de diminuir a miserabilidade das famílias beneficiadas, dá oportunidades de capacitação e faz com que as crianças e adolescentes estudem e tenham acesso fundamental aos serviços de saúde básica. Além disto, através da promoção de subsistência, combate à fome, ao mesmo tempo em que cria uma expectativa de melhoria da qualidade de vida destes cidadãos marginalizados da sociedade.

Há, contudo, o desafio da constante motivação e convencimento da participação nos programas da Assistência Social que visam o crescimento técnico, cultural e social dos beneficiados com o Bolsa Família para que estes, no decurso do tempo, possam ter mobilidade social, prover seu próprio sustento, e deixar de depender do Programa para seu sustento. Há, porém, em algumas pessoas o sentimento da dependência, e a participação nestes eventos (na visão destes) representa a ameaça de perder o benefício.

Ainda na visão do Centro haveria a necessidade da contratação de um Fiscal Federal que fizesse uma fiscalização mais próxima das ações dos agentes públicos, a fim de impedir eventuais facilidades impostas por questões políticas bem como atuar mais pontualmente naqueles casos em que os beneficiários não apresentam evolução no período em que estão recebendo o benefício.

5.2 O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA VISÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Para fins de melhor verificação dos resultados, das ações e da percepção por parte dos beneficiários do valor recebido pelo Programa propôs-se a aplicação de um questionário com treze perguntas e aplicado a quatro famílias em dos bairros do município de Três Passos, conforme apêndice A.

Quadro 1 – Resultados Obtidos na Pesquisa com Famílias Beneficiadas pelo Programa Bolsa Família

Nº questão	Família E1	Família E2	Família E3	Família E4
1	3 membros mãe 37 anos 2 filhos – 16 e 6 anos	4 membros Mãe 36 Filha 21 Filhos 14 e 12	5 membros Pai 40 Mãe 36 Filha 11 Filhos 6 e 3	5 membros Pai 50 Mãe 40 3 filhas- 10 e gêmeas de 9 anos
2	4ª série	2ª serie (1º Gr)	4ª série (mãe)	2º Gr inc. (mãe)
3	Nenhum	Um	Nenhum	Mãe até o final de fev/11 e o pai paga INSS é doente crônico (Rins)
4	Todos	Um	Dois	Um
5	Sim-filho 16 anos	Sim, faxina	Sim, catadores de lixo reciclado	Sim, vendedor
6	R\$ 90,00 Comida	R\$ 112,00 energia	R\$ 134,00 comida e material escolar	R\$ 134,00 – comida, material escolar, calçados, luz
7	Leite, pão, remédios, luz	Somente para energia elétrica	Arroz, feijão, massa	Arroz, feijão, carne de 2ª
8	Não. Dá somente para o leite e pão.		Não é suficiente	Não é suficiente
9	Em torno de R\$ 200,00	De R\$ 180,00 a 200,00	R\$ 200,00	R\$ 250,00

Fonte: Compilação de dados realizados pelo autor

Nota-se que metade das famílias amostradas são chefiadas por mulheres na faixa etária dos 30 anos de idade, na grande maioria dos casos com nível de escolaridade baixa, sendo todas as famílias com dois ou três filhos.

Todos os chefes de família estão sem emprego, vivendo basicamente dos valores recebidos do programa e de rendimentos provindos de trabalhos informais, o valor recebido pelo programa serve basicamente para a compra de gêneros alimentícios, porém é insuficiente em todos os casos para prover, sozinho, a subsistência da família sob o foco da segurança alimentar.

Há de se considerar que apesar de insuficiente para cobrir todas as despesas de subsistência da família o valor repassado é suficiente para garantir o alimento à

família, não deixando estas pessoas à mercê de uma das mais terríveis agressões que se possa oferecer a um ser humano – a exposição à fome. Na afirmação que segue evidencia esta questão: “Sem esta ajuda a gente ficaria muito apertado, porque vivemos de bicos, e não se sabe se no outro dia teremos algum dinheiro para comprar o que comer” (FAMÍLIA E3).

É notável, também, que a faixa populacional que se utiliza do programa é, também, a com índice de escolaridade dos mais baixos atualmente. Estes dados enfatizam, de forma categórica, que além do combate à fome e à miséria é fundamental a promoção das condições suficientes para que estas pessoas possam retomar seus estudos, e com isto consigam, além de melhor se colocar no mercado de trabalho, terem condições de analisar a realidade de uma maneira mais efetiva. Desta forma poderão encontrar cada vez melhores alternativas para seu desenvolvimento sócio-cultural, financeiro e humano.

Por outro lado é consenso entre os beneficiados de que a concessão do benefício é fundamental à família, e nas respostas dadas pelas mulheres é unânime a aceitação da contrapartida das famílias quanto ao cumprimento da vacinação das crianças e da matrícula e freqüência escolar, como fica expresso: “É certo o dever de a família proteger seus filhos” (FAMÍLIA E2).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao chegar ao término desta pesquisa fica evidenciado que o Brasil tem desenvolvido um conjunto de estratégias que permitem maior garantia da segurança alimentar e nutricional, concomitantemente com os esforços de fomentar a inclusão social e econômica das famílias. Essa implementação desse conjunto de políticas públicas, dentre as quais pode se destacar o PBF, em que pesem os limites existentes, aponta para uma gestão inovadora e garantidora de direitos humanos. Inserido nesse contexto, procurou-se analisar a política pública PBF no município de Três Passos junto aos beneficiários.

Enquanto alternativa para resolver os problemas de risco social relacionados à pobreza extrema, a falta de alimento principalmente, o Programa Bolsa Família é uma política pública que vem produzindo resultados satisfatórios aos beneficiários, principalmente pela organização quanto a sua concessão e gerenciamento.

A perspectiva de prover a gestão dos recursos no grupo familiar à mulher está demonstrando ser uma eficiente ferramenta para que os recursos públicos disponibilizados sejam efetivamente utilizados ao fim proposto; há, também, os efeitos difusos que o Programa Bolsa Família provoca na sociedade como um todo, é importante a retirada das pessoas carentes de uma situação de vulnerabilidade. Dessa forma, percebe-se que se conseguiu atender, mesmo que parcialmente o objetivo geral desta pesquisa que se propôs mapear as famílias em situação de vulnerabilidade alimentar e social, cadastradas no Cadastro Único, como potenciais beneficiárias do Programa Bolsa Família e identificar quantas delas estão recebendo o Programa Bolsa Família, no caso do bairro Pindorama, objeto de nosso estudo empírico desta pesquisa.

Em relação ao objetivo geral que aponta ao fator da identificação do incremento da renda familiar proporcionado pelo Programa Bolsa Família, em que as famílias aplicam os recursos provindos do Programa e como estes recursos contribuem para melhoria da qualidade alimentar das famílias, pode-se perceber que se atende ao objetivo, haja vista a possibilidade de o PBF propiciar o melhoramento da alimentação. Porém, a qualidade do alimento não é o que está previsto no Programa, não há, também, a produção de alimentos orgânicos que o programa

prevê como um avanço para a maior segurança alimentar e o aumento da qualidade deste. Há ainda, a possibilidade de que o PBF possa atender a sua finalidade, desde que haja uma integração entre políticas públicas para a agricultura familiar e o Programa Bolsa Família, fortalecendo novos atores sociais na sociedade civil.

Outro aspecto relevante refere-se às condicionantes, como por exemplo, a matrícula e frequência escolar das crianças é um grande mérito do Programa quando se analisa os seus resultados em longo prazo, pelo fato de viabilizar a formação de um novo cidadão, que com uma melhor qualificação, uma visão de mundo mais elaborada e ampla, poderá construir um horizonte diferenciado em sua vida, na perspectiva da cidadania e da dignidade humana.

Em relação ao aspecto da satisfação e as percepções das famílias beneficiadas pelo PBF em sua segurança alimentar e nutricional, o PBF aponta para o atendimento das necessidades, mas que ainda requer aperfeiçoamentos, melhoras, em vista de uma maior satisfação dos beneficiários, bem como da emergente necessidade de se implementar políticas públicas que possam ser socialmente inclusivas destes cidadãos ao mercado de trabalho, na geração de renda e garantia de outros direitos fundamentais, a uma vida digna em sociedade.

Um fator importante e que transcende os beneficiários é a promoção a sociedade em geral de um cenário mais seguro, pois o acesso destas pessoas ao alimento, condição fundamental para a existência humana, inibe ao cidadão exposto à fome, a procura de alternativas para viabilizar o acesso ao alimento. Há que se destacar que enquanto existem os recursos que viabilizam o acesso a alimentação há, por consequência, a diminuição de roubos e furtos na comunidade.

Outro fator importante verificado é o número de pessoas que estão no CadÚnico, perfazendo 8741, o que representa 36,46% da população da cidade; destas 4193 ou, 17,49% são atendidas no Programa Bolsa Família. A renda do Programa é basicamente empregada em alimentos e sendo comum entre os entrevistados que o valor recebido precisaria chegar a R\$ 200,00 em média para melhor atender as necessidades alimentares.

Percebeu-se que para medir se realmente este benefício atende nutricionalmente a demanda das famílias se faz necessário um estudo mais

aprofundado e em parceria com a área da nutrição, onde se faria o levantamento dos dados e comparações com tabelas de uma alimentação ideal em seus kg/kal.

De uma forma geral o Programa é de extrema valia para a população beneficiada que, por maiores que sejam ainda as faltas e ou melhorias, atende ao básico da alimentação, o famoso “arroz com feijão”, e ainda educa nossas crianças e os imuniza de muitas doenças. Os jovens de hoje serão nossos adultos de amanhã, mais saudáveis e com perspectivas educacionais melhores.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELIK, Walter. Projeto Fome Zero: **O Desenho de uma política de segurança alimentar e nutricional para o Brasil**. In: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Fome Zero: Uma história Brasileira. Brasília, 2010.

BRASIL. Bolsa Família. **A evolução dos programas de complementação de renda no Brasil**. Disponível em www.fomezero.gov.br, acesso em março de 2011.

BRASIL. Lei nº 11.346. Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional. (LOSAN) Disponível em: <http://mds.gov.br/sobreoministerio/legislacao/segurancaalimentar>. Acesso em: 25 de maio de 2010.

_____. **Caixa – Bolsa Família**. Acesso em 25 de maio de 2011. Disponível em: http://www.caixa.gov.br/voce/social/transferencia/bolsa_familia.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988.

_____. Lei nº 12.058 de 13 de outubro de 2009. Acesso em 28 de maio de 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/L12058.htm

_____. **Programa Bolsa Família**. <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>. Acesso em março/abril de 2011.

_____. **Programa Fome Zero**. www.fomezero.gov.br. Acesso em março/abril de 2011.

COBRA, Rubem Q.- **Liberalismo. Filotemas**. Brasília, 2005. Acesso em 26 de maio de 2011. Disponível em www.cobra.pages.nom.br.

COELHO, Gilberto. **Bolsa Família- Consulta**. Acesso em 25 de maio de 2011. Disponível em: <http://www.sempretops.com/informacao/bolsa-familia-consulta>.

COELHO, Ricardo Corrêa. **Estado, Governo e Mercado**. Brasília: CAPES, 2009.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – CONSEA. **A Segurança Alimentar e Nutricional e o Direito Humano à Alimentação Adequada no Brasil**. Brasília, 2010.

CONTI, Irio Luiz. **Segurança alimentar e nutricional: noções básicas**. Passo Fundo: IFIBE, 2009

FAO – Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação. **Alimentação para todos**. Cimiera Mundial da Alimentação, Roma, 1996.

GRAFFITTI, Luiz Gustavo. **Três Passos: colonização e imigração**. Ijuí - RS, 2004.

GERHARDT, Tatiana Engel e SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de Pesquisa**. UFRGS/Plageder. Porto Alegre, 2009.

IBGE. **Insegurança alimentar diminui, mas ainda atinge 30,2% dos domicílios brasileiros**. PNAD - Segurança Alimentar 2004 2009. Comunicação Social. 26 de novembro de 2010. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_impresao.php.

IBGE. **Dados das cidades**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat>. Acesso: 20 de junho de 2011.

IPEA. **Ipeadata**. In: <http://www.unesco.org/pt/brasil/social-and-human-sciences-in-brazil/poverty-reduction-in-brazil/>. Acesso: 20 de fevereiro de 2011.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – 2009**. Segurança Alimentar. Rio de Janeiro, 26/11/2010.

INFORMATIVONOSSONEWS. **Bolsa Família – saiba mais...** Acesso em 25 de maio de 2011. Disponível em: <HTTP://informativonossonews.blogspot.com/2010/07/bolsa-familia-saiba-mais.html>

LAVINAS, Lena; COBO, Barbara. **Bolsa Família: impacto das transferências de renda sobre a autonomia das mulheres e as relações de gênero**. 13º Congresso da Rede Mundial de renda Básica. BIEN 2010.

MALUF, Renato S.. **Segurança alimentar e fome no Brasil – 10 anos da Cúpula Mundial de Alimentação**. Relatórios Técnicos 2. Agosto, 2006.

_____ & MENEZES, Francisco. **Caderno “Segurança Alimentar”**. Moodle Institucional, acesso em 23 de maio de 2011.

MENASCHE, Renata; MARQUES, Flávia Charão; ZANETTI, Cândida ZANETTI. **Autoconsumo e segurança alimentar: a agricultura familiar a partir dos saberes e práticas da alimentação**. In.:A agricultura familiar à mesa: saberes e práticas da alimentação UFRGS, 2003.

MOCELIN, Cassia Engres. **O programa bolsa família enquanto principal estratégia de enfrentamento à pobreza rural no contexto brasileiro atual**. Cruz Alta. Unicruz, 2010.

PALLA, Mattia at all. **Inclusão social promovida pelo Governo Federal**. Jundiaí, 2004. Acesso em 25 de maio de 2011. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/19382594/monografiaK2>

SANTOS, Francis dos. **Perspectiva para a Soberania Alimenta Brasileira**. Disponível moodle institucional.

SILVEIRA, Antonio Maria da. **A Renda Básica na previsão de Keynes**. Revista Econômica, n.º 1, Vol. 4, 2002. P. 117-136.

SUPLICY, Eduardo Matarazzo. **Como superar a dependência**. Folha de São Paulo. 10 de junho de 2010.

ZIMMERMANN, Clóvis Roberto. **Apontamentos sobre o Programa Bolsa Família no Nordeste**. Curitiba: Plataforma Dhesca Brasil, 2008.

APÊNDICE A – Roteiros de entrevistas

Roteiro de Pesquisa Aplicado aos Gestores Públicos do PBF em Três Passos - RS

- 1- Quantas famílias estão cadastradas no CadÚnico do município?**
- 2- Quantas famílias recebem o PBF no município?**
- 3- Quantas famílias estão cadastradas no CadÚnico, poderiam ser beneficiadas pelo PBF e não recebem o PBF?**
- 4- O poder público acompanha as famílias que recebem o PBF?**
- 5- Que tipo de acompanhamento e assistência são dados além do benefício?**
- 6- Quantos assistentes sociais o município tem para o atendimento das famílias do PBF?**
- 7- Existe alguma integração entre o PBF e os CRAS? Como? Em que?**
- 8- Quais os programas ou benefícios que o município proporciona às famílias, além do PBF?**
- 9- Existe integração ou relação entre o PBF e o PAA? Como?**
- 10- Vantagens e desvantagens do PBF no município?**

1.

Fonte: elaboração do autor

APÊNDICE B – Roteiros de entrevistas

Roteiro de Pesquisa Aplicado as Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família em Três Passos - RS

- 1. Quantos membros compõem a família?**
- 2. Grau de instrução do gestor da família: () até 5º série; () até 8º série; () ensino médio incompleto; () ensino médio completo**
- 3. Quantos membros da família possuem emprego fixo com carteira assinada?**
- 4. Quantos estão desempregados?**
- 5. Existe trabalho informal na família?**
- 6. Em que aplicam o valor que recebem do Bolsa Família? Assinalar os dois principais:
() alimentos () luz () água () vestimentas () escola () outros**
- 7. Que tipo de alimentos são comprados com os recursos do PBF?**
- 8. O valor é suficiente para comprar alimentos para todo o mês?**
- 9. Se não é, qual o valor seria necessário para suprir as necessidades alimentares para todo mês?**
- 10. Como se sentem recebendo esta ajuda do governo federal?**
- 11. Se não recebessem o benefício, como iriam viver?**
- 12. O poder público dá algum outro atendimento além do PBF? Qual?**
- 13. Como avaliam as condicionalidades (escola, saúde) do Programa?**

Fonte: elaboração do autor